

A Junta sobre Angola: Assembleia Constituinte eleita dentro de 2 anos

A JUNTA de Unidade Nacional celebra um importante aniversário: o da sua eleição em 1966.

«... Desde que se constituiu a Assembleia Constituinte, a Assembleia Nacional tem sido o órgão supremo do poder legislativo em Portugal. Desde a sua criação em 1976, a Assembleia Nacional tem sido o órgão supremo do poder legislativo em Portugal. Desde a sua criação em 1976, a Assembleia Nacional tem sido o órgão supremo do poder legislativo em Portugal.

A Assembleia Nacional foi criada em 1976, no âmbito do processo de democratização do país. Desde a sua criação, a Assembleia Nacional tem sido o órgão supremo do poder legislativo em Portugal.

A Assembleia Nacional é composta por 225 deputados, eleitos por sufrágio universal. Desde a sua criação, a Assembleia Nacional tem sido o órgão supremo do poder legislativo em Portugal.

A Assembleia Nacional é o órgão supremo do poder legislativo em Portugal. Desde a sua criação, a Assembleia Nacional tem sido o órgão supremo do poder legislativo em Portugal.

A Assembleia Nacional é o órgão supremo do poder legislativo em Portugal. Desde a sua criação, a Assembleia Nacional tem sido o órgão supremo do poder legislativo em Portugal.

A Assembleia Nacional é o órgão supremo do poder legislativo em Portugal. Desde a sua criação, a Assembleia Nacional tem sido o órgão supremo do poder legislativo em Portugal.

A Assembleia Nacional é o órgão supremo do poder legislativo em Portugal. Desde a sua criação, a Assembleia Nacional tem sido o órgão supremo do poder legislativo em Portugal.

A Assembleia Nacional é o órgão supremo do poder legislativo em Portugal. Desde a sua criação, a Assembleia Nacional tem sido o órgão supremo do poder legislativo em Portugal.

A Assembleia Nacional é o órgão supremo do poder legislativo em Portugal. Desde a sua criação, a Assembleia Nacional tem sido o órgão supremo do poder legislativo em Portugal.

A Assembleia Nacional é o órgão supremo do poder legislativo em Portugal. Desde a sua criação, a Assembleia Nacional tem sido o órgão supremo do poder legislativo em Portugal.

A Assembleia Nacional é o órgão supremo do poder legislativo em Portugal. Desde a sua criação, a Assembleia Nacional tem sido o órgão supremo do poder legislativo em Portugal.

A Assembleia Nacional é o órgão supremo do poder legislativo em Portugal. Desde a sua criação, a Assembleia Nacional tem sido o órgão supremo do poder legislativo em Portugal.

A Assembleia Nacional é o órgão supremo do poder legislativo em Portugal. Desde a sua criação, a Assembleia Nacional tem sido o órgão supremo do poder legislativo em Portugal.

A Assembleia Nacional é o órgão supremo do poder legislativo em Portugal. Desde a sua criação, a Assembleia Nacional tem sido o órgão supremo do poder legislativo em Portugal.

A Assembleia Nacional é o órgão supremo do poder legislativo em Portugal. Desde a sua criação, a Assembleia Nacional tem sido o órgão supremo do poder legislativo em Portugal.

A Assembleia Nacional é o órgão supremo do poder legislativo em Portugal. Desde a sua criação, a Assembleia Nacional tem sido o órgão supremo do poder legislativo em Portugal.

A Assembleia Nacional é o órgão supremo do poder legislativo em Portugal. Desde a sua criação, a Assembleia Nacional tem sido o órgão supremo do poder legislativo em Portugal.

A Assembleia Nacional é o órgão supremo do poder legislativo em Portugal. Desde a sua criação, a Assembleia Nacional tem sido o órgão supremo do poder legislativo em Portugal.

A Assembleia Nacional é o órgão supremo do poder legislativo em Portugal. Desde a sua criação, a Assembleia Nacional tem sido o órgão supremo do poder legislativo em Portugal.

A Assembleia Nacional é o órgão supremo do poder legislativo em Portugal. Desde a sua criação, a Assembleia Nacional tem sido o órgão supremo do poder legislativo em Portugal.

A Assembleia Nacional é o órgão supremo do poder legislativo em Portugal. Desde a sua criação, a Assembleia Nacional tem sido o órgão supremo do poder legislativo em Portugal.

A Assembleia Nacional é o órgão supremo do poder legislativo em Portugal. Desde a sua criação, a Assembleia Nacional tem sido o órgão supremo do poder legislativo em Portugal.

A Assembleia Nacional é o órgão supremo do poder legislativo em Portugal. Desde a sua criação, a Assembleia Nacional tem sido o órgão supremo do poder legislativo em Portugal.

A Assembleia Nacional é o órgão supremo do poder legislativo em Portugal. Desde a sua criação, a Assembleia Nacional tem sido o órgão supremo do poder legislativo em Portugal.

A Assembleia Nacional é o órgão supremo do poder legislativo em Portugal. Desde a sua criação, a Assembleia Nacional tem sido o órgão supremo do poder legislativo em Portugal.

Independência da Guiné resolvida em Argel

Argel, 10 de Agosto. - A independência da Guiné foi resolvida em Argel, após negociações que duraram mais de duas semanas.

Os representantes da Frente Popular da Guiné e os representantes da Frente Popular da Argélia chegaram a um acordo sobre a independência da Guiné.

O acordo prevê a independência da Guiné em 1973, sob a égide da Organização da Unidade Africana.

A Argélia reconhece a soberania da Guiné e a sua independência, e compromete-se a apoiar a luta pela libertação da Guiné.

O acordo também prevê a criação de uma comissão mista para estudar as condições da independência da Guiné.

A Argélia reconhece a soberania da Guiné e a sua independência, e compromete-se a apoiar a luta pela libertação da Guiné.

O acordo também prevê a criação de uma comissão mista para estudar as condições da independência da Guiné.

A Argélia reconhece a soberania da Guiné e a sua independência, e compromete-se a apoiar a luta pela libertação da Guiné.

O acordo também prevê a criação de uma comissão mista para estudar as condições da independência da Guiné.

A Argélia reconhece a soberania da Guiné e a sua independência, e compromete-se a apoiar a luta pela libertação da Guiné.

O acordo também prevê a criação de uma comissão mista para estudar as condições da independência da Guiné.

A Argélia reconhece a soberania da Guiné e a sua independência, e compromete-se a apoiar a luta pela libertação da Guiné.

O acordo também prevê a criação de uma comissão mista para estudar as condições da independência da Guiné.

A Argélia reconhece a soberania da Guiné e a sua independência, e compromete-se a apoiar a luta pela libertação da Guiné.

O acordo também prevê a criação de uma comissão mista para estudar as condições da independência da Guiné.

A Argélia reconhece a soberania da Guiné e a sua independência, e compromete-se a apoiar a luta pela libertação da Guiné.

O acordo também prevê a criação de uma comissão mista para estudar as condições da independência da Guiné.

A Argélia reconhece a soberania da Guiné e a sua independência, e compromete-se a apoiar a luta pela libertação da Guiné.

O acordo também prevê a criação de uma comissão mista para estudar as condições da independência da Guiné.

A Argélia reconhece a soberania da Guiné e a sua independência, e compromete-se a apoiar a luta pela libertação da Guiné.

O acordo também prevê a criação de uma comissão mista para estudar as condições da independência da Guiné.

A Argélia reconhece a soberania da Guiné e a sua independência, e compromete-se a apoiar a luta pela libertação da Guiné.

O acordo também prevê a criação de uma comissão mista para estudar as condições da independência da Guiné.

A Argélia reconhece a soberania da Guiné e a sua independência, e compromete-se a apoiar a luta pela libertação da Guiné.

O acordo também prevê a criação de uma comissão mista para estudar as condições da independência da Guiné.

A Argélia reconhece a soberania da Guiné e a sua independência, e compromete-se a apoiar a luta pela libertação da Guiné.



AFRICA 20 ANOS de descolonização modelos e as etapas. PÁG. 17

A REPORTAGEM QUE ATINGIU O CASO WATERGATE O PROCESSO DE UMA PRESIDÊNCIA. PÁG. 9

Visar Aires no EXPRESSO: "Foi o Gabinete de Sines que pediu o inquérito"

Visar Aires no EXPRESSO: "Foi o Gabinete de Sines que pediu o inquérito". O artigo discute o processo de Sines e o papel do Gabinete de Sines.

Visar Aires no EXPRESSO: "Foi o Gabinete de Sines que pediu o inquérito". O artigo discute o processo de Sines e o papel do Gabinete de Sines.

Visar Aires no EXPRESSO: "Foi o Gabinete de Sines que pediu o inquérito". O artigo discute o processo de Sines e o papel do Gabinete de Sines.

Visar Aires no EXPRESSO: "Foi o Gabinete de Sines que pediu o inquérito". O artigo discute o processo de Sines e o papel do Gabinete de Sines.

Visar Aires no EXPRESSO: "Foi o Gabinete de Sines que pediu o inquérito". O artigo discute o processo de Sines e o papel do Gabinete de Sines.

Visar Aires no EXPRESSO: "Foi o Gabinete de Sines que pediu o inquérito". O artigo discute o processo de Sines e o papel do Gabinete de Sines.

Visar Aires no EXPRESSO: "Foi o Gabinete de Sines que pediu o inquérito". O artigo discute o processo de Sines e o papel do Gabinete de Sines.

Visar Aires no EXPRESSO: "Foi o Gabinete de Sines que pediu o inquérito". O artigo discute o processo de Sines e o papel do Gabinete de Sines.

Visar Aires no EXPRESSO: "Foi o Gabinete de Sines que pediu o inquérito". O artigo discute o processo de Sines e o papel do Gabinete de Sines.

Visar Aires no EXPRESSO: "Foi o Gabinete de Sines que pediu o inquérito". O artigo discute o processo de Sines e o papel do Gabinete de Sines.

Visar Aires no EXPRESSO: "Foi o Gabinete de Sines que pediu o inquérito". O artigo discute o processo de Sines e o papel do Gabinete de Sines.

Visar Aires no EXPRESSO: "Foi o Gabinete de Sines que pediu o inquérito". O artigo discute o processo de Sines e o papel do Gabinete de Sines.

Visar Aires no EXPRESSO: "Foi o Gabinete de Sines que pediu o inquérito". O artigo discute o processo de Sines e o papel do Gabinete de Sines.

Visar Aires no EXPRESSO: "Foi o Gabinete de Sines que pediu o inquérito". O artigo discute o processo de Sines e o papel do Gabinete de Sines.

Spínola em férias no Buçaco

O GENERAL Spínola encontra-se em férias no Buçaco, onde se encontra a família do general.

Acordo sobre as Lajes

Um acordo foi alcançado sobre as Lajes, após negociações entre as partes envolvidas.

Palma Carlos deixa o P. S. D. P.

Palma Carlos deixou o P. S. D. P. após uma longa permanência no partido.

As Forças Armadas são o alvo subterrâneo do racismo em Luanda

As Forças Armadas são o alvo subterrâneo do racismo em Luanda, segundo fontes locais.

As Forças Armadas são o alvo subterrâneo do racismo em Luanda, segundo fontes locais.

As Forças Armadas são o alvo subterrâneo do racismo em Luanda, segundo fontes locais.

As Forças Armadas são o alvo subterrâneo do racismo em Luanda, segundo fontes locais.

As Forças Armadas são o alvo subterrâneo do racismo em Luanda, segundo fontes locais.

As Forças Armadas são o alvo subterrâneo do racismo em Luanda, segundo fontes locais.

As Forças Armadas são o alvo subterrâneo do racismo em Luanda, segundo fontes locais.

As Forças Armadas são o alvo subterrâneo do racismo em Luanda, segundo fontes locais.

As Forças Armadas são o alvo subterrâneo do racismo em Luanda, segundo fontes locais.

Combateiro revolta as Forças Armadas

Combateiro revolta as Forças Armadas, segundo fontes locais.

Combateiro revolta as Forças Armadas, segundo fontes locais.

Combateiro revolta as Forças Armadas, segundo fontes locais.

Combateiro revolta as Forças Armadas, segundo fontes locais.

Combateiro revolta as Forças Armadas, segundo fontes locais.

Combateiro revolta as Forças Armadas, segundo fontes locais.

Combateiro revolta as Forças Armadas, segundo fontes locais.

Combateiro revolta as Forças Armadas, segundo fontes locais.

Depoimento de P. S. D. P. sobre o caso Sines

Depoimento de P. S. D. P. sobre o caso Sines, segundo fontes locais.

Depoimento de P. S. D. P. sobre o caso Sines, segundo fontes locais.

Depoimento de P. S. D. P. sobre o caso Sines, segundo fontes locais.

Depoimento de P. S. D. P. sobre o caso Sines, segundo fontes locais.

Depoimento de P. S. D. P. sobre o caso Sines, segundo fontes locais.

Depoimento de P. S. D. P. sobre o caso Sines, segundo fontes locais.

Depoimento de P. S. D. P. sobre o caso Sines, segundo fontes locais.

Depoimento de P. S. D. P. sobre o caso Sines, segundo fontes locais.

Advertisement for OMEGA COSMIC 2000 watch, featuring an image of the watch and text: 'Um novo conceito em relógios impermeáveis'.

24 horas em notícia

A Junta sobre Angola: Assembleia Constituinte eleita dentro de 2 anos

A JUNTA de Salvação Nacional elaborou um importante comunicado no qual esclareceu como se processará a descolonização em Angola. É o seguinte o seu texto:

"1 — Tendo Sua Excelência o Presidente da República recebido inúmeras mensagens da população de Angola, demonstrativas da existência de um ambiente de desconfiança, resultante do desconhecimento da Baha geral de desenvolvimento do processo de descolonização, visinado para aquele Estado, a Junta de Salvação Nacional, de acordo com o pensamento que desde sempre a tem norteado, entende conveniente esclarecer devidamente as condições em que se irá desenvolver aquele processo.

2 — O comunicado ao País de Sua Excelência o Presidente da República, de 27 de Julho de 1974; as conversações havidas com o Secretário-Geral da ONU, na sua recente visita ao País, e o seguinte comunicado das Nações Unidas, de 4 do corrente, devem, no seu conjunto, ser interpretadas como o início formal de um processo de descolonização dos territórios do Ultramar Português.

3 — No que respeita a Angola, aquele processo desenvolver-se-á nas seguintes linhas gerais:

a) A Lei n.º 7/7 reconhece o direito à autodeterminação do povo de Angola com todas as suas consequências incluindo a aceitação da Independência.

b) Na base deste reconhecimento, o Governo Português vem realizando diligências junto de todos os movimentos de libertação, em ordem à obtenção de um cessar-fogo que considere condição indispensável para o bom êxito de negociações formais.

c) Obtido um acordo de "cessar-fogo", o Governo Português constituirá imediatamente um Governo Provisório de coligação em que se encontrem representados todos os movimentos de libertação em paralelo com os agrupamentos étnicos mais expressivos do Estado de Angola, o que obviamente incluirá a etnia branca.

d) Ao governo de coligação competirá elaborar uma lei eleitoral que garanta a livre expressão de toda a população de Angola, e proceder a um reconhecimento eleitoral na base de "um homem — um voto".

e) O Governo Provisório deverá realizar, no prazo aproximado de dois anos, a eleição de uma Assembleia Constituinte por sufrágio universal, directo e secreto, à qual competirá a elaboração da Constituição do Novo Estado e a definição das ligações que deverão estabelecer com Portugal.

f) Aprovada a Constituição do NOVO Estado, a Assembleia Constituinte dissolver-se-á automaticamente, procedendo-se a novas eleições, de acordo com a Constituição, de onde resultará a formação de uma Assembleia Legislativa e de um Governo legitimamente representativo da vontade soberana do Povo de Angola, Governo cujas decisões serão estritamente respeitadas pelo Governo Português, de acordo com os seus princípios democráticos.

4 — Numa demonstração de boa-fé e de lealdade perante todo o mundo democrático, o Governo Português não tem quaisquer objecções a que órgãos competentes das Nações Unidas enviem observadores no sentido de verificar a honestidade de todos os actos de consulta popular.

5 — A Junta de Salvação Nacional reitera solenemente, perante toda a população de Angola, que o Governo Provisório tomará todas as medidas necessárias a salvaguardar a vida e os haveres dos residentes de Angola de qualquer cor ou credo, de acordo com o Programa do Movimento das Forças Armadas."

Spínola em férias no Buçaco

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, general António de Spínola, tenciona partir hoje para a estância termal do Buçaco, onde passará alguns dias para descansar e submeter-se a tratamento de águas.

Acordo sobre as Lajes

SEGUNDO círculos bem informados, a proposta portuguesa com vista à celebração do acordo sobre as bases das Lajes compreenderia três sub-propostas: de apoio militar na renovação do equipamento militar português; de cedência de cereais, por prazo longo, em fornecimentos contínuos e a preço especial; e o pagamento de uma elevada renda anual pelos Estados Unidos da América. Além disso, parece também ter sido proposta a cedência do navio oceanográfico para explorações ao largo dos Açores. Parecem suscitar algumas questões o montante da renda anual e a própria forma de renda, que os Estados Unidos só adoptaram no caso do Panamá, preferindo eles o estabelecimento de um crédito global correspondendo ao prazo da concessão.

Palma Carlos deixa o P. S. D. P.

PALMA CARLOS DEIXA O P.S.D.P.

NA SEQUÊNCIA verificada no recém-aparecido Partido Social Democrático Português, o prof. Adelino da Palma Carlos, ex-primeiro ministro, afastou-se daquele partido.

Alves, Vitor

Vitor Alves ao EXPRESSO:

“Foi o Gabinete de Sines que pediu o inquérito”

“AS ACTIVIDADES do Gabinete da Area de Sines estão a ser objecto de um inquérito, no qual se encontra a trabalhar uma comissão nomeada a pedido daquele Gabinete”, informou o ministro Vitor Alves a propósito da pergunta que sobre o assunto lhe dirigimos.

“Esta comissão de inquérito foi pedida pelo próprio Gabinete. Como sabe, existe uma Comissão do Povo de Sines, que apresentou um determinado número de reivindicações acerca da actividade do Gabinete em Sines; umas, referentes a uma menor segurança que sentiriam relativamente à obra que estava em curso, no que essa obra colidiria com o “modus vivendi” anterior, e também porque no aspecto de expropriações teria havido certas irregularidades. Portanto, as reivindicações apresentadas colocaram o Gabinete em causa. O próprio Gabinete pediu, pois, a nomeação de uma comissão de inquérito, que tem por missão investigar e esclarecer as condições em que foram efectuadas as expropriações de

terrenos na área de actuação do Gabinete, tendo em vista julgar a sua equidade e das dificuldades criadas a alguns dos proprietários expropriados, as condições de utilização dos terrenos expropriados, nomeadamente no que se refere à cedência pelo Gabinete dos direitos de superfície desses terrenos e às condições de execução material das obras do projecto, no que respeita a condições de segurança, de controlo de poluição, da resolução de problemas criados às actividades tradicionais da região, em especial à actividade piscatória.”

O major Vitor Alves prosseguiu referindo as circunstâncias que estão na base da nomeação da comissão de inquérito, concretizando depois:

“Está neste momento a desenvolver-se o trabalho da comissão, no sentido de se apurar onde está a justa causa das reivindicações do povo da área de Sines. Face às conclusões desse inquérito, serão então tomadas as medidas convenientes e será esclarecida a população.”

Continua pág. 16

Vítor Alves: "O que está em causa é o Programa do M. F. A."

Continuação pág. 1

Pedimos em seguida ao ministro se pronunciasse sobre as sanções aplicadas a vários jornais, relacionadas com as actividades de militares esportistas que, embora quase totalmente retiradas, são, na opinião de alguns sectores, formas externas de ventada, a nível governamental, de vitriolar os extremistas da esquerda.

Diz-nos o major Vítor Alves: "O que está em causa, e só, é o Programa do M. F. A. Este programa é o compromisso que os ministros do 25 de Abril tomaram relativamente à Nação e ao Mundo, pois houve uma difusão total.

Foi tomado portanto, um compromisso, que os militares se propõem cumprir de modo a demonstrar levar até à realização de todos os objectivos nele

inscritos. Nesse programa diz-se que se iria lançar o processo de democratização em Portugal e que seriam aceites de braços abertos todos quantos quisessem colaborar nesse processo de democratização. A partir do momento em, que qualquer grupo, seja ele de que cor política for, aja por forma a enterrar ou prejudicar esse processo de democratização, as Forças Armadas e o Governo têm obrigação de tomar uma atitude coerente com o compromisso anterior. Mas: neste momento e dentro das promessas feitas ao povo português, as todas não, estamos empenhados num processo de descolonização em franco desenvolvimento e que teve o seu ponto alto na célebre comunicação à Nação feita pelo Senhor Presidente da República. Foi absolutamente aberto o leque de possibilidades e não foi restringida

qualquer hipótese. A partir do momento em que foi claramente afirmado o que se pretende, é inaceitável que, por atitudes tomadas aqui na Metrópole, posamos de qualquer forma enterrar esse processo de descolonização.

Depois de breve pausa, e retomando a linha da sua exposição, o ministro prossegue:

"Parece-me que a atitude da Junta de Salvação Nacional relativamente a esses grupos e a essas notícias, terá tido por fulcro o factor de ter sido por alguma forma atacado o processo de descolonização, quando o mesmo está no início do seu desenvolvimento. Como isso poderia ter consequências gravíssimas, inclusive e sobretudo nos territórios africanos, sobretudo ainda naquilo que os movimentos de libertação possuem pensar que não havia uma total abertura, como há, da parte do Governo, eu considero que as atitudes que foram tomadas e foram como pura defesa do Programa do M. F. A., defesa também da posição portuguesa no mundo de hoje."

E mais à frente:
"Não haverá certamente nenhuma tentativa de silenciar os movimentos extremistas da esquerda, até porque eles têm como base elementar do povo português, também são portugueses. Há apenas o compromisso já referido de que esses movimentos podem optar pelo processo democrático que se está a tentar construir em Portugal e que tem o apoio de uma enorme maioria, e então ninguém os silenciará, ninguém os silencia com certeza absoluta, ou opõem-se abertamente ao processo de democratização e então o problema não será do momento do Governo ou das Forças Armadas, é um problema do povo português que quer — como sem sido demonstrada a realidade — a democracia em Portugal."

Referido depois a respeito da

Imprensa, o major Vítor Alves continuou: "Ora, se é um problema de todos nós, também o é da Imprensa. Num país que se pretende democrático, as notícias dão-se, certamente, mas explicitam-se, também certamente.

O que se pretende e que haja não só objectividade mas um certo equilíbrio, pois a Imprensa tem um papel fundamental na oportunidade de o afirmar na última vez em que falei ao EX-PRESSO no processo que se está a desenvolver. É um papel de formação e não se pode formar através de ideias deformadas: será de formar uma ideia dar igual projecção a um dos partidos da coligação e a um grupo ou grupúsculo de extrema esquerda."

E a finalizar, o ministro Vítor Alves acrescentou: "Ao EX-PRESSO, como aos outros órgãos de informação, peço sempre o mesmo: vamos trabalhar, de facto em formação e informação."

Chissano, Joaquim

Moçambique: onde a FRELIMO significa libertação e

ENTRE AS DATAS que a história da descolonização de Moçambique há-de registar para a posteridade, o 4 de Agosto de 1974 será inscrito em maiúsculas e a praça de toiros, a Monumental de Lourenço Marques, nascida para se vestir de "traje de luces", há-de certamente ser assinalada com placa de dizeres gravados, que podem muito bem ser estes ou outros do mesmo género: "4 de Agosto de 1974. Aqui se realizou a começar às dez horas da manhã de um dia de sol morno o primeiro comício de apoio à Frelimo em que participou multidão de cerca de 20 mil pessoas — pretos, brancos, chineses e indianos — cantando e dançando no intervalo dos discursos com entusiasmo contagiante. Do alto da praça o retrato de Samora Machel era carisma envolvente de um povo à procura da sua identidade."

O EXPRESSO esteve lá, por intermédio do seu enviado especial, e pôde presenciar, sem partidanismos, um dos mais belos espectáculos de massas, onde homens, discursos, danças e cânticos se entrelaçam, casam e fundem numa simbiose tão íntima que clima era tudo e diferenças rácicas e contenciosos acumulados por força da dominação colonial, mãe de explorações individuais, era nada.

Quando "Deus abençõe a África", o hino espiritual da O. U. A. e do Continente Negro saiu de todas aquelas bocas e elevar-se em coro harmónico, houve a percepção nítida de quão desnecessário era o sistema de segurança prudentemente montado em torno. Porque ninguém queria fazer mal a ninguém e porque os antifrelimos, mesmo os mais extremistas, terão ficado convencidos da inutilidade de intervenções terroristas esporádicas para desviar o curso da História.

o capitalismo joga com Jardim e outros

Ignorância Intoxicante

E tive também a percepção de que as palavras de dois agentes da P. S. P., ouvidas à entrada — "agora é que vamos conhecer todos os terroristas cá da terra" — reflectem bem a atmosfera criada nestes últimos anos que faz uma boa parte dos brancos viver o dia a dia na insegurança do futuro próximo e olhar interrogantes para o que ainda hoje chamam metrópole. Habitmente foi explorado o "racismo" dos movimentos de libertação na ignorância proposadamente mantida quanto ao seu verdadeiro conteúdo, ignorância que atingiu até altas personalidades. Tudo isto se compreende, num ápice, ao ler as declarações recentes do governador do Distrito da Beira, e a autocrítica do jornalista, por demais conhecido em Moçambique, Guilherme José de Melo, que reapareceu, domingo, na sua, antes do 25 de Abril habitual secção, "Folhas Dispersas". Mesmo sem nos interrogarmos sobre as causas que conduzem homens de responsabilidade (ontológica) a transformarem-se em simples veículos de slogans propagandísticos de uma dada situação, slogans esses passíveis de estudo crítico para o que menos não faltavam.

Diz-se com efeito o governador da Beira, comandante Guerra Corujo ao jornal "Notícias da Beira", do dia 1 de Agosto: "Houve muita informação escamoteada. Houve propósitos que se atribuíam à Frelimo que não correspondiam à verdade. Aliás a imagem da Frelimo era uma imagem inteiramente desvirtuada. Devo dizer que eu próprio só há muito pouco

tempo tive conhecimento de um folheto contendo dados sobre a Frelimo em que dá conta de todo o programa, estruturação, objectivos prosseguidos pela Frelimo durante estes dez anos de luta, simultaneamente acompanhados de um programa de intensa acção política, educacional, sanitária e de acção no campo externo. Necessariamente, se tivesse tido conhecimento dele, há mais tempo, o esforço que teria feito para me adaptar a esta nova perspectiva, teria sido muito mais suave. Prezo-me de ter um espírito realista e compreendo perfeitamente que haja pessoas que ainda enfermam de muitos vícios do sistema colonialista e, conseqüentemente, toda esta imensa tarefa da imprensa de descolonizar as mentalidades, tem uma grande importância".

E o jornalista Guilherme de Melo que, durante anos, foi o cronista entusiasta da guerra colonial, em Moçambique, confessa agora: "é verdade que deixei que de mim se servissem despudoradamente em certas alturas jogando com o meu nome e a minha aceitação junto do grande público"... "Deixei que se servissem, tenho agora disso, em muitos casos, a exata consciência. Mas, na altura, o que escrevi, escrevi-o sempre com sinceridade e convicção".

Viva Gungunhana

O comício da Frelimo que por mais de uma vez esteve para se realizar e que as autoridades só domingo permitiram, foi ponto alto da campanha de esboço do movimento sobre as intenções da Frente Popular de Libertação de Moçambique.

lá no avião, de regresso a Lisboa, conversando com uma personalidade afecta ao FICO (movimento político que sega à Frelimo a representatividade do conjunto da população e propugna para Moçambique uma democracia de partidos) e dizendo-lhe eu que o comício do Monumental havia sido participado e aplaudido pela multidão, afirmou:

"É fácil comover as multidões quando tudo se lhe promete e se conhece de antemão que é impossível cumprir as promessas. Prometer este mundo e o outro entusiasma sempre."

Semão Mutemba, director da rádio "Voz de Moçambique", foi um dos oradores e um dos mais aplaudidos e mais aplaudido ainda quando disse: "A Frelimo vai exigir muitos sacrifícios de nós. Já estivemos na cadeia, já ganhámos dez escudos por dia, já pagámos impostos pesados. Para a construção do nosso país vamos ter que nos sacrificar ainda, certamente os impostos são vão subir, até poderemos ganhar menos". O nacionalismo foi tema predominante tratado por brancos e pretos, aplaudido e dançado ao ritmo de "Hesla Frelimo Ya boys" (alegre-mos, a Frelimo está a chegar). Por outro lado, a população presente era amostragem do futuro conviver naquelas margens do futuro: cerca de mil brancos e perto de 19 mil pretos com alguns indianos e chineses à mistura.

Do nosso enviado a Moçambique Augusto de Carvalho

Adrião Rodrigues, branco, dos Democratas, começou por dizer: "Foi em 1960. Há 14 anos que um grupo de moçambicanos pediu a independência em Mueda. Queriam a independência na paz. Muitos deles foram mortos e teve de começar a guerra que foi uma guerra de libertação. Essa guerra durou dez anos. Essa guerra fez-se porque os colonialistas não

quiseram a paz. Morteram moçambicanos e portugueses, vítimas do fascismo que foi quem mais aproveitou da situação colonial. As cadeias encheram-se de povo de Moçambique. As cadeias do Ibo, da Machava, da Ponta Mahone, encheram-se de pretos e de brancos. Mas a D. G. 3, não podia prender o povo todo que continuava a resistir e, por isso, aqui estamos hoje. Semora Machel disse que a luta não era contra os brancos, nem contra o povo português, mas contra o colonialismo e contra o fascismo". E Afife Vilanculos: "A independência de Moçambique significa a construção de uma sociedade, onde o homem é respeitado pelo facto de ser homem. A construção de uma sociedade de acordo com a linha ideológica da Frelimo. Independência não mudança de bandeira, mas começa pela passagem para Moçambique dos meios de produção, que são de Moçambique". E uma estudante universitária, Isabel Soares, da respectiva Associação: "O 7 de Junho foi o vazar de uma página que vai permitir derrubar a barreira que os colonialistas puseram entre os estudantes e o povo. Os médicos não estavam ao serviço do povo, os agrónomos não estavam ao serviço do povo... Os colonialistas obrigaram o povo de Moçambique a desconhecer a sua própria história, ensinando-lha numa perspectiva colonial". Assim começa o livro de história editada pela Frelimo e destinada à 4.ª classe: "Todas as histórias que têm sido escritas sobre Moçambique baseiam-se na acção que os portugueses exerceram sobre o nosso país. Com isto queremos dizer que a história de Moçambique até aqui tem sido um relato da colonização portuguesa e, por isso, a partir da data em que eles chegaram a Moçambique. A história que fica antes dos portugueses é quase totalmente desconhecida."

Amós Mahanjane, militante da Frelimo (a primeira vez que um militante da Frelimo, conhecido como tal, fala em público) discursou em Ronga, uma das línguas mais faladas ao Sul do Save e quando terminou, depois de caídos os aplausos, ouviu-se, por entre a multidão, uma voz forte gritar: "Viva o Gungunhana". Muita gente riu, mas naquele viva o Gungunhana lá todo o regresso a uma história de povo que o colonialismo impediu de chegar até aos vivos.

Quando um nome é carisma

Percorrer Moçambique hoje é apereceber-se, imediatamente, de que Semora Machel é nome carismático e a Frente de Libertação é actualmente ideário galvanizador do nacionalismo moçambicano e campeão do antirracismo. Os slogans, "não à exploração do homem pelo homem", "nada aos privilégios", "não somos contra o branco", "independência não é apoderar-se da casa do branco", "o inimigo é o colonialismo e são os reacçãoários agarrados ao passado de opressão", constituem outros tantos motivos que fazem parte de constantes campanhas de esclarecimento levadas a cabo pela Frelimo, pelas Forças Armadas, pelos Democratas e pelas diferentes associações, desde a Académica à Africana.

De assinalar a transformação nas Forças Armadas que, concretamente em Moçambique, têm desempenhado o papel, nas actuais circunstâncias, de guardas da ordem pública e potenciadores de uma ordem nova segundo os esquemas da Frelimo, o que não raro engendra contradições momentâneas. Foi clássico, no seu seio a definição do inimigo como sendo aquele movimento guerrilheiro, que, a semana passada, ainda combatu em algumas zonas, sabendo os soldados portugueses que de inimigo conservava apenas o nome e lá por aquelas zonas. Neste contexto deve ser entendido o célebre caso de Omat.

O comício de Lourenço Marques, de apoio à Frelimo, foi diapásio já precedido dos inúmeros contactos entre guerrilheiros e soldados do exército português, a que fizemos largas referências na semana passada.

Por sua vez, em Lourenço Marques, nos subúrbios da cidade, a zona do caziço, parecia aos muçquizes de Luanda, é visitada por patrulhas normalmente constituídas por soldados pretos que têm a possibilidade de preferir oficialia para os acompanhar. Estas patrulhas, ao mesmo tempo que desempenham uma função de ordem pública, realizam campanhas de esclarecimento junto das populações, explicando-lhes quem é actualmente o inimigo. Não é a Frelimo, dizem. Esta é o guia do povo para a libertação. O inimigo são os reacçãoários, sejam brancos ou pretos.

O inimigo não pode ser definido pela cor da pele. "A própria Frelimo organiza, também, brigadas de esclarecimento no Sul, que ainda actuavam a semana passada numa semi-escuridão com medo de represálias dos caziçados.



No comício pró-Frelimo, a multidão faz espectáculo

Inicialmente não é fácil explicar aos pretos que o branco não é o inimigo, mas há toda uma pedagogia já experienciada nas regiões libertadas que acaba por funcionar. A guisa de exemplo vou transcrever o relato de uma visita feita pelo jornalista Mota Lopes que juntamente com um grupo de moçambicanos esteve num campo de trânsito da Frente de Libertação de Moçambique. Dirigiu o diálogo Joaquim Chissano, membro do comité central e executivo:

Uma lição de antirracismo

Joaquim Chissano — Vocês devem perguntar entre vós: que vêm fazer aqui estes brancos? Será que são portugueses que foram presos? Eles falam português: vocês ouviram, não é? Ficaram com medo?

Resposta — (pouco audível e gesticulando, muito alto depois) Tal-vez...

J. C. — Tem razão para ficar com medo. Eles também se calhar, também têm receio de ficar aqui.

Como é que a gente os recebe aqui? Eles foram já visitar Nachingwea: quando chegaram lá, também eles estavam com medo: como é que a gente os recebeu? E as outras camaradas também estavam com medo: porque vêm eles até cá? E que durante muito tempo, nós estávamos divididos: os brancos estavam em cima, nós estávamos em baixo. Nos pretos há gente boa e há gente má. Não é verdade?

R. — (pouco audível) E...
J. C. — Os que aqui estão são de Tete conhecem Zeça Callisto, não é?

R. — E...
J. C. — Ele é nosso inimigo não é?

R. — (alto) E...
J. C. — Portanto, entre nós os pretos, também há inimigos. Mas, entre os brancos, nós só vimos inimigos sempre. Ora, o certo é que lá também havia amigos. Não só em Moçambique, mesmo em Portugal, também temos amigos lá. Vocês ouviram dizer que o governo de Portugal foi destruído, não é?

R. — (pouco audível) — Sim.
J. C. — E que entre eles, os portugueses, também não se entendiam. Havia inimigos do governo e esses inimigos do governo eram nossos amigos. Mas, devido à situação em que viviam, eles não podiam dar um passo para vir até onde nós estávamos. Nem nós podíamos dar um passo para ir lá onde eles estavam. Porque senão ficávamos presos. Nós e eles; Mas, desde há muito tempo, que esses amigos brancos estavam conosco...

Aqueles que saíram em Moçambique ou que vivem desde há muito tempo em Moçambique que pensaram que deviam, como moçambicanos que são, conhecer a Frelimo. Mas tinham medo. Não sabiam se a Frelimo era só de pretos ou se também lá havia lugar para os brancos. Então, quando foram as palavras da Frelimo soberanas que a Frelimo não luta contra as pessoas brancas. Luta, isso sim, contra o regime colonialista português, contra o governo português, porque o governo português não quer que o povo de Moçambique se governe a

si próprio. Mas a Frelimo luta também contra o Governo português porque o Governo português divide os pretos dos brancos, põe os brancos ali em cima, os pretos aqui em baixo.

Eles lutam tudo isto e começam a conhecer a Frelimo, que a Frelimo não era por uma luta de brancos contra pretos, que havia lutar para eles na Frelimo. Assim, desde 1963, nós recebemos brancos na Frelimo que trabalham conosco como médicos, como professores, que viram que o que a gente dizia era correcto, era verdade. E, estão muitos brancos começarem a conhecer a Frelimo muito bem. Houve aqueles que levaram muito tempo a compreender. Houve aqueles que compreenderam imediatamente e começaram a trabalhar conosco, para alcançar a nossa independência, para que a nossa independência traga um governo do povo moçambicano. Esses elementos são membros da Frelimo, são nossas camaradas. Vocês estão a compreender?

R. — (unânime) — Sim.
J. C. — Quando não compreenderem, quando não concordarem, é preciso dizer que não compreendem, que não concordam. Vamos explicar melhor, vamos poder discutir...

Seguidamente, num relato tão circunstanciado quanto possível mas — numa linguagem — extremamente acessível para poder ser compreendida pelos seus interlocutores, pouco ou nada politizados, Joaquim Chissano referiu o 25 de Abril em Portugal, as suas causas, como se processo, as suas consequências, relacionando-a com a luta de libertação de Moçambique. Seguidamente fala sobre as conversações de Lusaka, nos novos partidos fantoches, em Moçambique, as perspectivas de luta armada de libertação nacional. Depois, após este longo discurso retoma o tema das relações entre brancos e pretos, explica as razões da nossa visita e o facto de luta da Frelimo não ser uma luta contra os brancos. O seu audítor, porém, não vai aceitar as suas palavras. Escutemos:

J. C. — É por isso que estes amigos aqui foram a muitos locais onde está a Frelimo, contactaram com muitos camaradas, viram que não são só eu, Chissano, que diz que a nossa luta não é contra os brancos. Eles viram que essa é a linha do povo da Frelimo, que o povo considera correcto que se trabalhe com brancos. E vocês, que é que vocês pensam dos brancos participarem na nossa luta? Vocês estão dispostos a trabalhar com brancos num Moçambique independente?

R. — (posso ouvir a princípio mas não depois, quase em unânime, por último) não, não... Nada...

J. C. — Não querem?... Porquê?

R. — (de diversos pontos de audência) Porque o branco não é bom. Os brancos são maus. Não-de

revoitar-se, oprimir-nos mais, vão lutar mais contra nós.

J. C. — Outras ideias; quem pensa doutra maneira?

R. — (Um velho militante, fardado, arma na mão) — Nós estamos a combater mas não contra a Frelimo. Estamos a lutar contra o colonialismo e não contra os brancos. Se um branco aceita os princípios da Frelimo, nós devemos trabalhar com ele como com qualquer outro camarada nosso...

J. C. — Outras ideias...
R. — Nós podemos trabalhar com brancos, mas, se é um agente enviado vai ser difícil descobri-lo. Quando um branco apoia a política da Frelimo, quando o seu coração está limpo, nós podemos trabalhar com ele... Mas cuidado com os traidores...

J. C. — Aquele disse que se é branco e tem coração limpo — se é bom não é? A gente pode trabalhar com ele. Outro disse que a gente trabalha com todas as pessoas que apoiam a linha da Frelimo...

R. — (Um homem levanta-se e pode para falar. Diz) Não podemos aceitar brancos: temos medo. Nós estamos em guerra com eles, estamos a lutar contra eles...
J. C. — Então não podemos fazer um trabalho completo porque também lutamos contra a OPVDC, não é?

R. — E...
J. C. — E na OPVDC há pretos, não há?

R. — (unânime) — Há...

J. C. — Então não podemos trabalhar com pretos também, não é? Os G. E. S. são brancos ou são pretos?

R. — São pretos...
J. C. — Então não podemos trabalhar com pretos, não podemos trabalhar entre nós porque estamos a lutar contra pretos, também, se não podemos trabalhar com brancos porque lutamos contra eles, também não podemos trabalhar com pretos... Mas porque é que nós somos contra os G. E. S.? Porque é que nós somos contra a OPVDC?

R. — (do meio da audência) — Nós estamos a combater para conquistar a nossa liberdade. Mas eles lutam ao lado do governo português para receber dinheiro...

J. C. — Então ao lado do governo português... Mas são pretos? R. — Sim...

J. C. — Então como é? É a cor que define o nosso inimigo ou o que é? Qual é o problema?

R. — Esses G. E. S. e OPVDC's estão com o Governo português. Entre o Governo português mentalmente para lutar contra nós, diz que eles têm que lutar contra os do mal. Assim, eles não podem recusar...

J. C. — Mas há brancos que recusaram lutar contra nós. Quem são os nossos amigos? Os G. E. S. que não recusaram os os brancos que recusaram?

R. — (o velho militante, que atrás, já falara) — Quem aceita os nossos princípios é que é nosso irmão. Estamos a combater mas não contra brancos, estamos a lutar contra o governo português e

as suas forças que defendem o colonialismo português. Os que nos apoiam são nossos irmãos, não os que lutam ao lado do governo português, como os G. E. S. ou os OPVDC...

J. C. — (voltando-se para a audência) — Então... Há podes não há?

R. — (em unânime) — Sim...
J. C. — Esses podes são pretos ou brancos?

R. — Há pretos e há brancos...
J. C. — Portanto...

R. — (Interrogando-o, em bom tom levanta-se para falar) — Esses G. E. S. os OPVDC's, os podes, não lutam conosco com pedras, mas sim com armas. Quem lhes dá essas armas?

J. C. — E a ti, quem te dá essas armas? São os brancos ou são brancos os que te dão as armas? Estou a perguntar: estamos a conversar. Isto assim é que é bom para esclarecermos todas as nossas ideias. Quem vos vai dar armas a vocês? São pretos ou são brancos? Os chineses são pretos ou são brancos?

R. — São brancos...

J. C. — As armas que vocês têm ou vão ter são da Rússia e da China, não é?

R. — Sim...
J. C. — São nossos amigos ou não são?

R. — Amigos...
J. C. — E há mais gente que dá armas? Os 97 africanos, por exemplo, dão-nos roupa apropriada para um jovem sentado na primeira fila! — Tu, tu, tu, esse casaco que tens ali, quem te deu?

R. — Foi esses que voçê nomeou...

J. C. — Não, voçê não sabe. Eu vou-te dizer, diz que não sabes (apontando um outro jovem) — E tu aí, esse casaco quem te deu? Não sabes? São brancos que nos dão. Brancos da Suécia, da Alemanha... Não são pretos... Mas porque é que esses brancos são nossos amigos? Porque? Não sabem? E porque eles pensam como nós. Eles pensam que o homem preto também é homem, que o homem preto deve ser livre, que o homem preto também se deve governar a si. Também dentro de Moçambique há brancos que pensam assim, que todos somos iguais. Para esses brancos não há mais barreiras a separar-nos. Dantes não podíamos conhecer-nos porque havia barreiras. Mas hoje há a política da Frelimo que nos conduziu a uma guerra aberta e à destruição dessas barreiras: começamos assim a poder ver de ambos os lados, podemos-nos conhecer. Daquele lado vêem-nos a nós. Deste lado nós vêem-lo a eles. Sabemos que há bons e há maus. Os maus pretos vão juntar-se aos maus brancos. Os bons brancos juntam-se com os bons pretos. É isto que está a acontecer: os bons brancos juntam-se com os bons pretos; esses bons brancos juntam-se com os bons pretos. E isto que está a acontecer: os bons brancos juntam-se com os bons pretos; esses bons brancos nunca há-de ser da OPVDC,



eles vão lutar ao nosso lado, vão lutar contra os pretos e os brancos mas. Agora respondam: podemos ou não podemos trabalhar com os brancos?

R. — Nós podemos trabalhar com eles, sim, mas temos que pensar que é inimigo, que o governo português é muito esperto. Pode enviar pídes, infiltradores...

J. C. — Correcto. A resposta deste camarada é muito correcta. Nós podemos trabalhar com toda a gente. Mas é preciso não esquecer a vigilância... E muito vergoso, isto é preciso ter os olhos abertos. Mas isso é preciso também quando a gente trabalha com pretos, com outros pretos. Não basta que qualquer preto corra para nós e diga: pronto, agora sou da Frelimo só porque é preciso passar a ser da Frelimo. Não, não é assim: há pretos nossos inimigos. Aqui mesmo, entre vocês, pode haver pídes: é preciso pensar também nisso. Há os que dizem que estão começando mal, afinal, não estão. Temos que ter vigilância sobre todos, brancos ou pretos, vocês têm muita razão. Por outro lado, quando vocês chegarem em breve ao campo de treino político-militar de Nachingwea vão encontrar lá brancos e vão falar com eles, vão conhecê-los bem. Vão ver que há uns que não são muito bons. Outros que são mesmo bons. Então lá: São da Frelimo... Vocês estão de acordo, todos vocês, que podem trabalhar com brancos?

R. — (Aplausos, entusiasmo) — Sim.

J. C. — Quem não está de acordo? Ninguém! Não tenham receio de o dizer, se não estão de acordo, estamos aqui para discutir... Mas é justo o vosso receio: durante muito tempo, nós brancos, nós vamos o inimigo. Nós também, na direcção, também já tivemos, há muitos anos, essa ideia errada... Mas agora sabemos que pretos e brancos são povo de Moçambique, no Moçambique de amanhã não vai haver mais distinções senhasas. Então, os brancos podem ou não ser nossos camaradas?

R. — (alta, entusiasmada) — Sim, Sim...

J. C. — Então podem cantar, podem ficar contentes se quiserem: a nossa força é muito grande, abrange todo o povo do nosso país, temos muitos camaradas brancos que trabalham conosco, pronto a combater conosco e, que só da Frelimo, como nós somos...

Intranquilidade

Todas estas campanhas de esclarecimento, na linha ideológica da Frelimo, estão a ser mais activadas para impedir a saída dos brancos que abandonam Moçambique em ritmo assustador. "Não queremos um país vazio", dizia Sanafo Matemem inconformado. "Vamos aproveitar as estruturas existentes. Podemos ao banco moçambicano que tenha paciência para com um povo que teve, durante muitos anos, cabeça no chão. Tem de desaparecer a supremacia da cor."

A maioria dos brancos abandonam Moçambique devido à falta de esclarecimento e aos boatos circulantes. Quanto a este abandono, porém, é necessário ver que já o anterior regime se mostrava assustado com a debandada, em virtude da situação económica a que havia chegado aquele território. Aquando de uma viagem que fiz o ano passado, a Moçambique, recordo-me de haver verificado que no primeiro semestre foram 15 mil os que se haviam deixado. O colonialismo já meia década misturava-se com a situação económica catastrófica que faz agora muito boar gente olhar com esperança para a nova situação, dadas indubitavelmente as riquezas enormes que Moçambique alberga no seu interior, praticamente virgem. No entanto, a insegurança da parte de muita da população europeia nígolizada é um facto. Insegurança quanto ao futuro em clima de paz. Essa insegurança não é favorecida de modo algum pelos diversos movimentos ou partidos políticos que agitam constantemente o espantinho da re-

belião dos pretos para se vingarem de repressões antigas.

O clima de medo em psicose

Um simples telefonema em Moçambique a ameaçar elementos favoráveis à descolonização é vivido com extraordinária emotividade e faz que muita gente ande armada com medo dos extremistas. Na realidade eles existem, mas ver conspirações em toda a parte é atribuir à extrema direita uma força que, na realidade, ela não tem e estar a pensar no período da descolonização da Argélia que, está longe de ter paralelo em Moçambique. Procurei por mim mesmo controlar todas as informações que me davam respeito a mercenários e a atezados e devo dizer que, na maioria dos casos, desconheço-me, ao querer verificar a credibilidade que me merecia a fonte de informação, haver entrado em circulo vicioso. Exemplo: uma fonte que, em princípio, é daquelas que não oferecem dúvidas, comunicou-me um determinado facto. Sem comentários, procurei-me estranho e procurei indagar da fonte de informação desta minha fonte de informação. Cheguei lá com relativa facilidade. Simplesmente esta fonte havia transmitido ao meu primeiro informador o facto em forma dubitativa, fazendo-se eco de rumores. Vi-o depois na imprensa estrangeira que falava de congos, argélias e biafras.

Há na realidade atentados em Moçambique de origem desconhecida. Isolados. Houve bombas que explodiram. Houve tiros largados de carro em andamento. Mas até hoje ninguém conseguiu pôr a mão em cima de qualquer grupo organizado. Tudo se reduziu a episódios e tentativas em geral frustradas de capitalismo de pacotilha. Os grandes ainda não entraram verdadeiramente em acção a não ser através de análises alarmistas que dão origem a boatos

e que inteligentemente vão palpando.

Jorge Jardim nos bastidores do mito ou a cartada da social-democracia

Neste contexto cabe uma palavra a respeito do célebre engenheiro Jorge Jardim, o homem que anda na boca de toda a gente, que ainda há bem pouco tempo se vangloriava de planos de independência para Moçambique em esquemas multirraciais (nesta última fase). Que ainda há relativamente pouco tempo esteve na Suazilândia e foi visto a falar com comerciantes de Lourenço Marques e com os famigerados mercenários Shrammer, Mike Moore e Faave, mercenários estes que, segundo se afirma, embora sem provas cabíveis, preparam numa quinta de Salabura em Moçambique e Fala-se, também, no ex-guerrilheiro e actual terrorista, Zeca Callane, que o ano passado se entregou na região de Tete às autoridades portuguesas o qual andaria à solta na zona de Namica e Sodalá a atacar homens da Frelimo e que se move em direcção à Rodésia com um grupo de cerca de 160 homens.

Quem se não lembra, em Portugal, do célebre Razo que, actuando na região de Vila Cabral e de quem os jornais de então fizeram histórias dignas das melhores de Afonso de Albuquerque, nos tempos da Índia? O caçador guia que se havia transformado no terror dos guerrilheiros? Pois também neste se encontrará na Rodésia.

Juntao todos estes factos há muito quem pense no desenlace de uma acção a partir da terra de Ias Smith e muito especialmente agora depois do encontro de Kart Valdheim com o governo português, governo que, segundo fontes dignas de crédito, estaria para já disposto a aplicar à Rodésia as sanções perfilhadas pela ONU, constato que a Frelimo estivesse de acordo. Creio mesmo que este vai ser um dos problemas a resolver, em primeiro lugar, pelo governo transiçório em que participarão homens da Frente de Libertação Nacional.

Estará o governo rodésiano disposto a jogar a cartada do suicídio, permitindo que sejam os feridos ataques de mercenários e terroristas a partir do seu território?

Quanto à África do Sul, já o problema é um tanto diferente. Pelo que sabemos, a África do Sul estaria desejava de entabular conversações com a Frelimo. Com efeito, na conjuntura actual, uma parte da economia de Moçambique depende dos vizinhos da África do Sul, a qual, por sua vez, também depende dos portos e caminhos de ferro de Moçambique, como já explicámos no último número. As minas do Rand empregam 100 mil moçambicanos cujo trabalho exploram, moçambicanos estes que não encontram, de um dia para o outro, trabalho na sua terra por carência de estruturas. Por outro lado, a energia de Cahora Bassa destinava-se em grande parte ao



LOURENÇO MARQUES: O primeiro comício pró-Frelimo realizado em Moçambique

consumo da África do Sul. Se esta não consumir, a quem se destinará?

Fechar de uma assentada as portas à África do Sul pode significar lançar no desemprego imediato centenas de milhares de homens com o consequente reflexo nas centenas de milhares de famílias.

A África do Sul pensa em tudo isto, como sectores mais avançados pensam em acabar com o Apartheid caminhando para uma democracia do tipo ocidental que seria apoiada pela burguesia negra daquela país. Sem distinção entre pretos e brancos. Homens que representam grandes interesses do capital em Moçambique e que trazem a social democracia nos lábios, não estarão afeiçoados a semelhantes planos que teriam como objetivo imediato diminuir o nível revolucionário da Frelimo. Esperam mesmo que esta, passando da fase guerrilheira para o contacto com as realidades do dia a dia, venha a ceder aos investimentos que o vizinho lhe possa oferecer para a criação de estruturas económicas que possam quase rentáveis, em termos de lucros quase imediatos. São homens que ainda acreditam nas virtudes da penetração do capitalismo que é capaz de se iniciar nas revoluções corrompendo-as por dentro. Aquilo que Demóstenes dizia em termos um tanto bruscos e sem perúris de jesuita: "não há cidade que resista a um burro carregado de prata".

Neste esquema, penso eu, funciona Jorge Jardim, que fala em avançar milhões de contos para Moçambique como quem bebe um copo de água em dia de canícula.

E que papel desempenha o presidente Kaunda em toda esta meada? Kaunda é um humanista. Aquando das negociações em Lusaka, Nyirere referia-se aos moçambicanos como camaradas e Kaunda como irmãos. Seja como for, Jorge Jardim vangloria-se dos seus contactos, já não digo com o presidente Banda, mas especialmente com Kaunda, a qual, segundo o mesmo Jorge Jardim, estaria envolvido, antes do 27 de Julho, num plano de independência imediata de Moçambique, desempenhando a Frelimo o papel principal e Jardim figura de bastião. Mark Chona, ministro de Kaunda chegou a elaborar um cômplexo plano, conforme se expressa Jorge Jardim, plano esse que seria apoiado inculcivamente pelo Brasil e que se destinaria a criar uma zona de paz na África Austral. O 27 de Julho atirou por terra com esta ideia. O próprio Banda afirma, agora, defendendo-se das acusações de estar a tentar minar a independência de Moçambique, que Jardim queria essa mesma independência. Jorge Jardim, porém, não é homem para desarmar, mas também não é homem para jogar uma cartada com mercaderias e tudo. Penso que num primeiro momento, procurará infiltrar-se indiretamente na pureza revolucionária da Frelimo, tentando meter-lhe dentro o vírus do capitalismo. Os sociais democratas de Moçambique estão atentos e dispostos também a secundar a cartada. "Queríamos em Moçambique uma social democracia do tipo suéco", disse-me um dia, seus representantes cujos contactos com o eng. Jardim foram verificados. A tentativa de a



Sanção Mutemba: "Já ganhámos dez escudos por dia e pagamos impostos pesados. Para a construção do nosso país teremos de nos sacrificar muito e até pode acontecer que os impostos tenham de ser aumentados!"



Arnão Rodrigues: "A DGS encheu as cadeias de Moçambique com pretos e brancos que lutavam pela libertação do povo. Mas a DGS não podia prender o povo todo..."

Convergência Democrática alugar o Notícias da Beira faria parte deste esquema.

Jorge Jardim divertiu-se a fazer falar de si em termos de homem de arma à costas pelas picadas de moçambiques, a brincar aos mercaderias, estando, na realidade, a jogar uma outra, a cartada que o capitalismo procura infiltrar no baralho da Frente de Libertação de Moçambique. E para lhe sair o truão recorrerá a todos os processos habituais das jogadas políticas. Por isso mesmo tanto o Partido Social Democrata de Moçambique, como o FICO, Federalistas, os movimentos negros de sabor tribalista, procuram desesperadamente meter canhas no governo transiêntio e explicar que é necessária a criação de um exército moçambicano para a manutenção da ordem já que a Frelimo, por si mesma, não terá poder bastante para assegurar. As Forças Armadas portuguesas já

lhes não merecem confiança. Por outro lado, ambientes próximos da Frelimo afirmam que esta teria pedido ao governo português para que tropa suas continuassem em Moçambique, exercendo missão de vigilância contra os inimigos do povo moçambicano. Aliás a instrução, em Lourenço Marques, vai neste sentido: de se oporem por todos os meios, ao seu alcance, aos inimigos do povo moçambicano. Por todos os meios julgados oportunos. Tendo em conta, no entanto, a acção da Frelimo e a estruturação do Movimento durante todos estes anos de luta é de crer que se manterá a pureza ideológica, resistindo a todas as tentativas de introdução de corpos estranhos no respectivo organismo.

O cancro de hoje é a falta de governo

Continua a haver gente em Mo-

çambique que teme um possível Biafra, provocado sobretudo pela falta de governo, que praticamente não existe desde 25 de Abril, sendo antes aquilo que todos nós conhecemos. Não há planificação económica, porque não pode haver; a agricultura carece de fundos porque as instituições de crédito, além de emaranhadas em burocracia não condizente com a mentalidade do agricultor, não lhes serve de garantia para os empréstimos que este recebe vontade de ficar em Moçambique. Há cenas de pilhagem e banditismo que se atribuem de imediato ao período de incerteza em que se vive. A construção civil praticamente parou. Espera-se que o governo português, consciente da situação, apresse a transmissão de poderes e contribua para o formar de um governo de transição com capacidade para definir linhas de orientação das populações, pelo menos a médio prazo.

A lição a tirar do "caso Watergate"

RICHARD Milhous Nixon deixou de ser o 37.º Presidente dos Estados Unidos. Queria que este seu segundo mandato (que ficou em meio) lhe garantisse um lugar na história. Conseguiu-o. E por (de)mérito próprio. Se o que a História dirá dele não for bem o que ele gostaria que dissesse, isso é outra questão.

A questão é Watergate. Um nome que significa muita coisa, mas que para nós, aqui e agora, significa essencialmente LIBERDADE DE IMPRENSA. Porque, não o esqueçamos, tudo começou com a curiosidade de um grupo de jornalistas do "Washington Post" apoiado incondicionalmente pelo seu director. O mérito da sua acção não está em terem feito cair um Presidente. O mérito está em terem denunciado publicamente o clima de ilegalidade, o gangsterismo que se instalara na Casa Branca, que tudo corrompia, que tudo e todos procurava comprar.

Ao longo destes dois anos, o "Washington Post" e os seus jornalistas sofreram toda a espécie de pressões para se calarem. Mas eles, conscientes dos seus direitos (e deveres), não cederam. A história prosseguiu e novas facetas do escândalo vinham a lume. As primeiras horas de ontem, o pano cala.

Anos atrás, já sob a presidência de Nixon, o mesmo jornal travou outra batalha, que ficou conhecida por "os papéis do Pentágono": nem mais nem menos do que a revelação de documentos oficiais que desvendavam os bastidores da guerra do Vietnam e toda a teia de mentiras ditas ao povo americano pelos seus dirigentes, desde Eisenhower a Richard Nixon, passando por Kennedy e Johnson. O homem que forneceu os elementos aos jornalistas denunciou-se publicamente, foi julgado por furto e posse ilegal de documentos oficiais secretos, e condenado. O "Washington Post", por seu turno, viu o Poder Executivo processá-lo por qualquer coisa como "revelação de segredos de Estado" e "ameaça à segurança nacional". Mas os tribunais absolveram-no e o "caso do Pentágono" foi até ao fim.

A sociedade e as instituições dos Estados Unidos têm muitos erros, muitas taras, aberrações mesmo, mas simultaneamente possuem esta coisa notável: a liberdade de imprensa é sagrada. Se o jornal e os seus redactores não cederem às pressões subterrâneas, nada nem ninguém os pode deter. Nem o Presidente.

Em Portugal, antes de 25 de Abril, os jornais não podiam pensar (sequer) em revelar o que quer que saísse da rotina dos comunicados oficiais. Depois daquela data, a censura acabou e a liberdade de imprensa foi restabelecida. No entanto, vários jornais foram já multados e suspensos sem que para tal tenha sido necessário reventar qualquer "escândalo Watergate" (que aliás — note-se — consideramos impensável actualmente entre nós).

Por tudo isto, o caso do "Washington Post" deve ser considerado como um tema de meditação. Mas não apenas por nós, jornalistas. **Sobretudo**, não apenas por nós.

SOCIEDADES MULTIRRACIAIS PROBABILIDADE OU FATALIDADE?

O TEMA de Angola ocupa boa parte da Mesa Redonda realizada pelo EXPRESSO, poucos dias depois do discurso de 27 de Julho do Presidente da República. Daí se parte para a possibilidade (e necessidade) de criação de sociedades multi-raciais neste território e em Moçambique. As consequências da descolonização são, aliás, largamente debatidas, tanto no que toca à economia, como à política, à cultura e aos próprios problemas militares. O tom geral dos nossos convidados é de franco optimismo quanto ao futuro do problema africano e à posição de Portugal na comunidade internacional.

A seguir transcrevemos a segunda e última parte da Mesa Redonda, moderada por Francisco P. Balsemão (F. B.) em que participaram: Almeida Santos (A. S., ministro da Coordenação Interterritorial; Jorge Campinos (J. C.), secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros; Otelio Saraiva de Carvalho (O. S. C.), comandante da Região Militar de Lisboa e do COPCON; e Carlos E. Correia da Silva (C. S.), engenheiro e dirigente do grupo Champalimaud.

FRANCISCO PINTO
BALSEMÃO — Gostava de ouvir um pouco mais o prof. Jorge Campinos sobre Angola, até porque é angolano. Falou bastante do problema da Guiné e Mo-

cambique mas de um modo geral, o problema de Angola tem sido menos abordado. Como vê os passos concretos de Angola para a independência?



C. E. Correia da Silva



Almeida Santos



Jorge Campinos



Brig. O. Serrão de Carvalho



F. Pinto Balsemão

Angola: apoio técnico da ONU

JORGE CAMPINOS — Foi dito e repetido que o problema de Angola é o mais complexo. É isto por várias razões. Em primeiro lugar, porque existem vários movimentos mais ou menos representativos; há, em segundo lugar, interesses internacionais que dão ao problema de Angola uma dimensão que ultrapassa a nossa capacidade mobilizadora para a sua solução; em terceiro lugar, vivem nesse país 700 mil europeus, o que dá uma importância humana extraordinária ao assunto. Por tudo isto, no que respeita a Angola — é uma opinião estritamente pessoal — acharia conveniente que pudessemos beneficiar da infra-estrutura técnica das Nações Unidas e da experiência que as Nações Unidas têm em matéria de descolonização. Julgo que o impacto levantado pelo problema de Angola será forte demais para o pudermos suportar sós. Não falo em órgãos políticos das Nações Unidas, falo em aparelho técnico. Várias possibilidades existem, é certo, mas detenho esta ideia que terá agora de ser meditada muito fortemente. Não quero acrescentar mais nada sobre este assunto, que já é delicado em si. Mas já que, como disse, sou angolano, — nasci em Angola e lá fiz todos os meus estudos, e conservo desde então uma imagem de amizade e de verdadeira estima —, aproveito até a oportunidade, estando certo que o EXPRESSO é vendido em Angola, de pedir calma e ponderação a de todos os euro-africanos que lá vivem e trabalham há muitos anos, porque creio muito fortemente no futuro de uma sociedade multi-racial em Angola. E creio nela, porque as ligações dos euro-africanos ou dos angolanos em relação ao continente europeu foram sempre muito especiais; houve sempre problemas que cortaram um pouco a intimidade que pudesse existir entre Portugal e Angola. Havia a distância geográfica que permitia as viagens de barco na época, etc. Se compararmos as relações da França com a Argélia, nunca houve páginas de história contemporânea viradas em Angola que crassem uma intimidade entre a Europa e o próprio continente africano e Angola em especial. Na Argélia houve toda a história da resistência, houve um contacto geográfico que permitia as viagens repetidas dos colonos a França. Isso criou um certo estado de espírito. Em Angola esse estado de espírito, talvez não exista, e portanto, houve raízes profundas da população europeia que se estenderam em Angola e que podem ser a base duma situação menos violenta nos próximos meses. Quero dizer com isto que após o tumulto originado por umas minorias europeias em Angola, a razão vai regressar de novo à superfície e vai se impor o sen-

timento de querer viver e continuar a trabalhar em Angola. Se conseguíssemos esse objectivo, seria uma lição extraordinária ao mundo, um passo bastante forte a constituição da sociedade verdadeiramente multi-racial que não foi até agora a sociedade angolana.

C. E. CORREIA DA SILVA — Quero manifestar o meu optimismo quanto às vantagens de uma intervenção técnica das Nações Unidas em Angola, no espírito de que foi sugerido pelo dr. Jorge Campinos. Exactamente por acreditar que existem em Angola condições para a sobrevivência e para o reforço de uma sociedade multi-racial — que infra-estruturas técnicas, que neste momento estão nas mãos dos europeus, quer no apoio técnico que poderá ser devolvido a Angola por africanos originários de Angola que se encontram fora do território — eu creio que existem condições para tornar inútil o recurso a essa burocracia, internacional desracionalizada, com pouco conhecimento dos problemas locais e que fatalmente será uma intervenção do tipo das Nações Unidas. O que não quer dizer que o Ultramar português não beneficie do apoio das agências técnicas especializadas, nomeadamente o Banco Mundial através do potencial financeiro de apoio aos países em vias de desenvolvimento de que sempre estivemos isolados e do apoio técnico específico num ou noutro campo. Interpreto, portanto, num sentido muito restritivo, o princípio apresentado pelo dr. Jorge Campinos, do apoio que as Nações Unidas, esse mastodonte internacional e burocratizado, poderia trazer para a solução específica dos nossos problemas. Mudando agora de assunto: quando se fala da sobrevivência de uma sociedade multi-racial, em Angola, teremos de esclarecer se nos estamos a referir à sobrevivência da sociedade multi-racial sob a hegemonia política de uma determinada etnia — parece estar excluída que essa hegemonia seja a da minoria europeia, e eu pessoalmente receto que não seja de forma alguma viável que essa hegemonia seja exercida externamente por representantes da população africana — ou se pensamos num sistema de partilhas equilibrada do poder político pela via da institucionalização de partidos multi-raciais. Parece-me, portanto, que temos que apontar para um modelo bem definido de sociedade multi-racial. Falou-se aqui longamente de devolução do poder político, às populações: não se falou ainda bastante e aí talvez os drs. Almeida Santos e Jorge Campinos pudessem dizer uma palavra sobre como poderíamos assistir a essa institucionalização política de maneira a garantir a sobrevivência e o reforço de uma sociedade multi-racial.

“A alternativa é uma guerra civil”

F. P. B. — Dr. Almeida Santos, que nos diz sobre a possibilidade de existir uma verdadeira sociedade multi-racial em Angola?

ALMEIDA SANTOS — Se o problema é posto em termos de possibilidade, é claro que é sempre possível. A questão põe-se em termos de probabilidades. E eu saltaria, num rasgo de optimismo, da probabilidade para a fatalidade: tem que haver uma sociedade multi-racial em Angola, porque a alternativa é uma guerra civil. Não acredito que no mundo de hoje, tenhamos que assistir a genocídios. Que vai acontecer? Os brancos matam todos os pretos ou os pretos matam todos os brancos que existem em Angola? São coisas que estão fora de toda a cognição. Acho, portanto, que devemos ultrapassar a fase da possibilidade, devemos mesmo saltar à da probabilidade e agarrarmo-nos à fatalidade da sociedade multi-racial.

F. P. B. — Não se põe aí a hipótese do regresso maciço de brancos de Angola?

A. S. — Isso é desconhecer um pouco os 700 000 indivíduos brancos que vivem em Angola. Desse, pode acontecer que uma minoria não significativa, que já tem casa na Costa do Sol, resolva vender os bens económicos que por lá possui e se limite a ficar com

os que tem por cá e venha gozar o sol do Estoril, deixando o sul muito mais forte de África. Se bem conheço a população europeia de Angola, ela não arredará pé e, sendo assim só as duas alternativas que já referi: ou coexistir pacificamente ou lutar. Não acredito na luta, sem prejuízo de poder haver incidentes, não significativos aqui e acolá, até de maior vulto do que aqueles que já aconteceram. Ninguém nasce sem dor e Angola está em trabalho de parto que necessariamente se fará também com alguma dor. Para mim, uma sociedade multi-racial em Angola em parte já é um facto e em parte é uma fatalidade que nenhum processo histórico, poderá impedir. É claro que há sociedades multi-raciais mais perfeitas e mais imperfeitas, o grau de harmonia entre as várias etnias que coexistem em Angola, pode ser diferente; a estruturação política dessa harmonia pode ser uma ou pode ser outra. Veria também com bons olhos que essa sociedade multi-racial não fosse apenas um facto nos planos social e económico, mas que o fosse também no plano político: que fosse possível repartir o poder entre as várias etnias. Nesse ponto sou um pouco céptico, pois não me parece fácil manter, para todo o

sempre, um equilíbrio político correspondente proporcionalmente a um equilíbrio demográfico. Embora, claro, o equilíbrio demográfico também possa ser alterado. Pode acontecer, por exemplo que Angola tenha uma tal explosão económica, alia a seu alcance — que haja também uma explosão migratória para Angola, no sentido de amanhã, o equilíbrio demográfico ser outro. Acredito, de qualquer modo, que Angola tem condições admiráveis para dar ao mundo uma lição de coexistência pacífica de tipo, multi-racial.

Este meu optimismo estende-se a Moçambique em condições completamente diferentes. Al a minoria branca nunca poderá constituir um perigo político para a maioria negra. Ao contrário de Angola, onde a minoria branca europeia tem força e presença suficientes para, se não se articular politicamente com a maioria negra, poder ser receável por essa maioria. Em Moçambique, de certo modo o problema está um pouco mais facilitado. Geraram-se ideias que Moçambique, por causa da presença sul-africana era mais aberta a concepções multi-raciais. Esse utillaje não deve ser feito a Moçambique. A vizinhança sul-africana pode ter tido influência numa maioria burguesa no tipo de convívio, de preferência pelo whisky ou pelo chá das 5 horas mas isso não tem significado em relação à grande maioria da população branca.

OTELO SARAIVA DE CARVALHO — Referindo-me especialmente a Moçambique — onde tenho a minha família toda a que aconselhei a permanecer, confiante no futuro da nova nação que irá surgir com todo o nosso apoio e com todo o nosso carinho — vejo, quanto à sociedade multi-racial, de um lado, o apego à terra

de toda aquela gente branca que lá nasceu, que lá se radicou, que lá tem os seus interesses económicos. Quem conhece o sentimento do colono do homem europeu, sabe que se ele sai dali morre. Conheci colonos que estiveram em Moçambique 45 a 50 anos e que em Lisboa se arrastavam pela Baixa num estado lastimoso, acabando por regressar para lá morrer. Portanto, de um lado esse apego tremendo à terra por parte dos colonos brancos, que já consideram aquela terra. Do outro lado, veio o desleio veemente por parte da FRELIMO, neste caso de Moçambique, de que toda a gente branca lá continua. Tenho a garantia dada por Samora Machel, e por todos os outros membros da FRELIMO que andaram comigo no liceu, rapazes que eu conheço, que são neste momento quadros importantes da FRELIMO, de que não é intenção deles belicosa, no mínimo que seja, qualquer propriedade, qualquer vida de qualquer branco. Pelo contrário, todos os brancos, todos os moçambicanos que quiseram ajudá-los a construir um país novo, serão recebidos de braços abertos, e auxiliados com todo o prazer pela própria FRELIMO. Vejo, portanto, com um optimismo muito grande o nascimento de uma sociedade multi-racial em Moçambique. Espero que agora se faça um esclarecimento profundo das populações brancas, que ainda vivem num estado de instabilidade, sobre as reais intenções da FRELIMO sobre Moçambique.

“Congolização” e Brasil

F. P. B. — Quanto a Angola e Moçambique, dizem-se também falado de “Congolização”.

A. S. — Esse fenómeno está ultrapastado. Todo o processo evolutivo do Congo não se repete, necessariamente, nos dias de hoje. O mundo de hoje é diferente do mundo em que o Congo ascendeu à independência. E temos que acreditar um mínimo na capacidade dos homens para se entenderem. Hoje, os movimentos de libertação têm uma clareza, uma consciência política que não tinham nem podiam ter os movimentos que lutaram pela independência do Congo.

De modo que estou convencido de que vamos ter sociedades multi-raciais. Possivelmente com alguns incidentes com um processo de reajustamento que não é um processo rápido. Ali talvez desempenhe um papel importante e fundamental a fase transitória da organização política de Moçambique e sobretudo de Angola.

F. P. B. — Qual o papel do Brasil na descolonização portuguesa?

A. S. — O Brasil, por um lado sobrestimou as suas possibilidades no processo das negociações; por outro, talvez esteja a subestimar o seu papel na fase posterior às negociações. Quer dizer: na fase das negociações não era muito fácil fazer intervir o Brasil como país especialmente credenciado para nos auxiliar a conseguir a paz; na fase posterior à paz, na fase construtiva, estou convencido de que o Brasil pode desempenhar um papel relevante no plano de uma comunidade de expressão portuguesa. Eu acredito muito na língua comum. O Brasil tem hoje uma grande experiência em matéria de economia tropical, tem um “know-how” mais evoluído do que o nosso e pode prestar-nos um grande auxílio sobretudo na fase da evolução para as soluções definitivas em Angola e Moçambique. Eu gostaria de ver,

francamente sem demagogias, sem fabulosismos, o Brasil integrado numa grande comunidade de língua portuguesa, que pudesse explorar, a partir dessa base linguística, todas as potencialidades culturais e económicas.

F. P. B. — Será esse o desejo também dos movimentos de libertação?

A. S. — Não sei se é, mas eu diria que sim. Parece-me que é um valor que nenhum movimento de libertação, que por hipótese amanhã tenha responsabilidades governativas, pode pôr de parte. Não tem razão para isso, e estou convencido de que tudo devemos aproveitar no sentido de facilitar a resolução dos problemas que temos em Angola e Moçambique e que são muitos e são difíceis.

C. S. — Gostava de opôr uma certa reserva ao optimismo com que o dr. Almeida Santos, com muito mais conhecimento do assunto do que eu, encara a evolução verificada nos movimentos de libertação, e a medida em que possam, portanto, contribuir nas suas tomadas de posição, para uma convivência harmoniosa entre as comunidades étnicas, nomeadamente em Angola. E faço isto, porque em data ainda muito recente, assistimos a declarações de elementos representativos desses movimentos, pondo em causa a coexistência dessas comunidades, a não ser num plano de stida subordinação política e mesmo económica da etnia europeia à etnia africana; portanto, a pensar do equilíbrio que o dr. Almeida Santos admite como possível num diálogo com os movimentos de libertação em Angola não podemos ignorar os factores mais radicais que existem na ideologia e na actuação desses movimentos, que são necessariamente elementos negativos em relação à evolução desse processo político que todos desejáramos equilibrar e estável.

O Económico e o Político

F. P. B. — E, no plano económico, quais as consequências do início do processo da independência?

C. S. — Por enquanto, são imprevisíveis, por dependerem da forma como ele se processar. Se for possível garantir uma normalidade de vida, se for viável evitar que não haja um êxodo por razões psicológicas de quadros técnicos qualificados indispensáveis à eficácia do funcionamento da economia de Angola a curto prazo, não há pois, razão nenhuma para

que um território com magníficas perspectivas de progresso não mantenha esse ritmo de desenvolvimento. Ainda neste momento se assiste à normal na actividade dos circuitos económicos, o que é um factor extremamente positivo e estabilizador para o próprio processo político. Num território em que a economia funciona, há condições psicológicas adequadas à discussão calma, ponderada, lúcida de opções políticas. Num território em que a economia esteja fraquejando as motivações

psicológicas por parte da população podem ser totalmente alteradas, podem-se criar climas de inquietação e de impaciência com uma raiz económica, o que em Angola não existe neste momento.

Sou, portanto, francamente optimista em relação ao contributo que a evolução económica de Angola vai dar para a solução dos seus problemas políticos.

F. P. B. — Sendo você um dos principais responsáveis pelo grupo Champalimaud, que tem grandes investimentos em Angola e Moçambique, qual é o espírito que vos move neste momento, depois do discurso do general Spínola de 27 de Julho quanto à maneira de investir: é de parar, é de ir para a frente? A confiança existe ou não?

C. S. — As intenções de um grupo económico, seja aquele em que eu exerço a minha actividade, seja outro, não me parece que sejam influenciadas por discursos políticos; podem ser influenciadas por factos concretos de uma determinada evolução, mas de momento encararam com o mesmo optimismo as perspectivas económicas de Angola; e refiro-me a Angola porque é o território onde eu exerço responsabilidades directas. Creio que os grupos económicos estão sempre condenados a avançar; as economias em vias de desenvolvimento são economias onde se não pode parar, onde aumentar os negócios, os mercados, as necessidades de investimento. Há uma espécie de chamamento à iniciativa empresarial que não se pode travar a não ser por uma situação de caos.

Ora em nenhum dos nossos territórios ultramarinos existe a perspectiva desta situação de caos, portanto, não há qualquer razão, ou pretexto para que os responsáveis pela instalação das empresas osem ou interrompam os seus projectos nesses territórios, nomeadamente em Angola ou Moçambique, que são aqueles onde os empresários europeus deifem neste momento tremendas responsabilidades, visto a economia destes territórios estar na sua má.

Temos de confiar na capacidade de adaptação de todos esses empresários às novas circunstâncias políticas (como aliás já foi dito pelo Presidente da República) a estabilidade em que eles actuavam, se forem lúcidos, não era de todo tão segura como as condições que uma evolução política real agora, lhes pode garantir a longo prazo. Neste momento, abrem-se horizontes em que se poderá planear e quer os responsáveis políticos, quer os responsáveis económicos, não têm como hori-

zonte um mês, ou uma semana, têm antes o quinquénio ou o decénio. Quando se investe, quando se lança uma iniciativa, estamos a voltar-nos para o mercado, para o aproveitamento de um potencial a cinco, dez anos de prazo. Não há qualquer razão para que essa óptica de planeamento a longo prazo, em que se inscrevem todas as iniciativas empresariais, seja cortada por uma evolução política que certamente conduzirá a novos equilíbrios dentro do mesmo horizonte temporal.

F. P. B. — E quanto aos investimentos estrangeiros? Uma das teses que se ouve é a de que, logo que se verifique o início do processo da independência haverá toda uma invasão de multinacionais, e de interesses económicos de todas as cores, prejudicando, portanto, as ligações económicas com Portugal e o seu fraco potencial.

C. S. — Os investimentos estrangeiros têm uma certa inércia, processam-se sempre com alguma lentidão. Não há uma bicha de empresários internacionais — e o dr. Almeida Santos talvez lhe saiba responder melhor do que eu —, a empresa de entrar em Angola e que até agora o não tenham podido fazer com receio de uma determinada instabilidade. Creio que as oportunidades que existem para o capital estrangeiro no Ultramar serão muito semelhantes ao futuro às que o eram anteriormente.

O. S. C. — Também me foi dito em Lusaka, foi-me garantido lealmente, que toda a prioridade em termos de trocas comerciais, trocas culturais, etc. do novo país que irá ser formado, será sempre atribuído a Portugal continental. Uma amizade de 500 anos, apesar dos erros tremendos da nossa colonização, não se desfaz assim do pé para a mão. Toda essa amizade continuará, e eu estou convencido de que a tal Federação que era o sonho de muita gente, inclusive do nosso general Spínola, não existirá escrita no papel, como lei, mas será um facto. Uma Federação do cerço baseada na comunidade de língua portuguesa de que o dr. Almeida Santos falou há bocado. Através de cartas que eu tenho recebido dos sementes da FRELIMO que comigo se correspondem, posso garantir que neste momento todos os países africanos, mesmo aqueles que há poucos dias se consideravam países amigos, como a Zâmbia, a Tânzânia, etc. estão com uma simpatia extraordinária, ansiosos por começarem a estabelecer conosco relações de carácter comercial, económico, etc.

Retirada das tropas portuguesas

F. P. B. — E só aspecto militar? A independência significa a retirada imediata das tropas?

O. S. — Não pode significar a retirada imediata das tropas. São os próprios partidos emancipacionistas que nos pedem, a permanência das nossas tropas lá durante todo o tempo que demorar a transferência de poderes. E esta não se faz também de um dia para o outro, é uma coisa que no caso da FRELIMO pode demorar 5, 10 anos, porque há um número enorme de problemas a considerar. Durante o tempo em que demorar essa transferência de poderes pedem-nos a permanência das nossas tropas para, juntamente com o novo exército que vai ser criado em Moçambique, um exército de negros, constituído na sua grande maioria pelas forças armadas da FRELIMO, se assegurar um clima de ordem pública, necessário para a construção de qualquer coisa de válido.

F. P. B. — Isso significa que continuaria a ir contingentes tão numerosos como até agora?

O. S. C. — Não. Vai dar-se em Angola e em Moçambique e já se deu na Guiné uma grande concentração de efectivos. Reduzir-se-á, portanto, a enorme despesa que se fazia com a defesa dos territórios do Ultramar, o que terá consequências relevantes para o futuro do Portugal continental. Posso dizer que, por exemplo, o nosso exército na Guiné orçava pelos 30 000 homens e que se pensa que na Guiné poderão ficar uns 5000. Continuarão a ir forças militares para o Ultramar, mas agora

apenas com um sentido de ordem pública. O nosso soldado daqui por diante poderá circular perfeitamente à vontade no seu contacto com as populações, na manutenção da ordem pública, com a garantia de que já não sofre embuscações, de que já não fica sem uma perna ou sem um fígado por pisar uma mina no caminho. Há agora uma substancial alteração de missão, que é ao fim e ao cabo aquilo por que as nossas tropas esperam. Deixa-se de entrar na guerra. Deixa-se de morrer por uma causa que não se aceita; passa-se a ajudar a população a construir um país novo. Trata-se realmente de uma missão aliciante.

F. P. B. — E quanto às tropas negras que serviam nas Forças Armadas portuguesas?

O. S. C. — Foi um assunto que eu também tratei com os homens da FRELIMO. Eles dizem que não há problemas de qualquer espécie, pois essas tropas serão integradas no novo exército. Na Guiné isso já está a acontecer.

Poderia haver apenas um problema que creio também já estar a ser sanado neste momento, o das tropas especiais negras, que receberam um treinamento, muito intensivo e têm uma capacidade ofensiva muito grande. Mas, mesmo essas tropas, tanto quanto me é dado perceber, estão já também a integrar-se ao espírito da nação que vai surgir.

F. P. B. — Não há hipótese de uma retaliação em relação a elas?

O. S. C. — Não há por parte da FRELIMO qualquer intenção de

retaliação sobre elas. Há apenas um esquecimento de tudo aquilo que está para trás e agora a intenção de construir, juntamente com essas tropas, um novo futuro. O único problema que havia em relação à FRELIMO e sobre o qual ela apresentou realmente algumas sérias reservas, era o dos traidores à FRELIMO que a abandonaram para virem junto do Governo português obter situações de privilégio, e portanto traindo todos os ideais. Os casos de Lazaro Kavadame e Miguel Murupa, por exemplo. É o único problema que eles me apresentaram, penso que, se realmente se mantiver a presença desses homens lá, eles serão julgados em tribunal popular.

J. C. — Um outro aspecto que me interessa no plano económico e que já foi mencionado pelo brigadeiro Saraiva de Carvalho é o das consequências internas. Todos nós sabemos, que estão previstas no orçamento várias despesas que vão ser influenciadas pelo processo da descolonização e que poderão ser utilizadas internamente para desenvolver as infra-estruturas sociais.

Do ponto de vista cultural, a influência vai ser imensa. A cultura é o instrumento fundamental das relações internacionais con-

temporâneas. Por exemplo, nas organizações internacionais, até agora houve muito poucos funcionários falando a língua portuguesa. Agora podemos concorrer a partir da língua portuguesa, que é falada por milhões de pessoas, para os "staffs" internacionais que têm uma influência extraordinária. Pela primeira vez, há condições para que a língua portuguesa atinja um nível verdadeiramente internacional.

Quero também invocar as consequências políticas, não as podemos esquecer. Creio que todas as condições estão agora reunidas para que o 2.º Governo Provisório da II República vá até ao fim da sua missão. Não podemos ignorar este aspecto do problema. É da questão colonial que poderia resultar um certo número de contradições internas. Eliminado este problema, creio profundamente que o Partido Popular Democrático, o Partido Comunista e o Partido Socialista com as outras correntes de opinião, se manterão coligadas até à eleição da Assembleia Constituinte e realizarão em Portugal a verdadeira democracia. Isso é um elemento fundamental, é um aspecto que cria uma mobilização nacional considerável; e é por essa razão que o discurso do Presidente da República, é um discurso histórico.

Dignidade e tamanho

F. P. B. — Não há dúvida de que nós criamos um novo lugar na comunidade internacional, agora por direito próprio.

Sobre esse ponto eu queria até pedir-lhes uma resposta à tese de muita gente que diz que Portugal estava desacreditado mas, apesar de tudo, tinha uma influência ao nível mundial na medida em que exercia domínio sobre Angola, Moçambique e Guiné, enquanto que agora Portugal passou a ser um pequeno país sem qualquer importância no mundo.

A. S. — Boa, nós eramos um grande país porque estávamos cheios de problemas. Os problemas também tornam as coisas grandes. Agora somos um pequeno país, sem tantos problemas mas, em troca, temos mais prestígio. Eu creio que é preferível ser pequeno e prestigiado, do que ser grande e execrado, a alternativa é esta. Nós eramos na verdade um país grande, que tínhamos incluído, no nosso território, territórios que toda a gente nos contestava, tínhamos incluído no nosso poder, poderes que toda a gente impugnavamos. Não sei se valerá a pena ter uma grandeza fictícia, que era a nossa, fora de toda a realidade, fora de toda a civilização. Na verdade, tudo esse equilíbrio era a negação da civilização em que nos integrávamos.

Agora seremos na verdade um país mais pequeno em território, tenderemos a sê-lo, mas queremos em poder económico, ou em potencial económico, mas seremos necessariamente um país maior em prestígio e foi assim que nós começamos. Acho que não se põe a opção. Entre a dignidade e o tamanho impregnado por todo o mundo, eu prefiro a dignidade, prefiro o prestígio.

Também acredito efectivamente que o fim das guerras nos permitirá mobilizar para as tarefas de paz, qualquer coisa parecida com 20 milhões de contos. E melhor não termos muito optimistas, julgando que isso é um facto imediato, porquanto há, como devem calcular, encargos assumidos para ser amortizados a longo e a médio prazo, que teremos de continuar a amortizar. Mas, para já, surgiu toda uma possibilidade de auxílio e de cooperação que estava perfeitamente e impossibilitada na situação anterior. Abre-se um mundo de oportunidades, de novas relações diplomáticas com países cujas portas nos estavam fechadas. Além das relações diplomáticas, vem possibilidades comerciais. Estou convencido de que Portugal passará a ser uma acção e uma coacção que firmamento até aqui não tinha. Para mim, isto é muito mais importante do que possuir grandes territórios que só no papel eram nossos, do que possuir potencial económico que ultimamente, ao que parece, era apenas fonte de problemas e de preocupações que mais desmantelaram a nossa economia em vez de a equilibrarem e reforçarem.

C. S. — Discutir o futuro é sempre apaixonante. O tom de todas as vossas intervenções é de franco optimismo. Como cidadão que não tenho responsabilidades neste momento tão pesadas como as dos meus colegas nesta mesa redonda, sinto naturalmente reconfortado com as perspectivas que aqui foram reafirmadas. Como não somos só nós com a nossa boa vontade e a pureza das nossas intenções que neste momento construímos o futuro, precisamos de encontrar pela frente uma igual pureza de intenções dos restantes interlocutores com quem estamos em contacto no processo de descolonização. Só desejo que essa pureza de intenções existe com tanta clareza como acabo de ouvir da parte dos nossos responsáveis políticos neste momento.

O. S. C. — Por mim, concordo perfeitamente com o dr. Almeida Santos, dado que se verificou desde o 25 de Abril para cá e ainda mais desde o dia 27 de Julho se verifica uma total abertura, simpatia, desejo de colaboração de todos os países do mundo com o novo Governo português. Quanto ao optimismo, houve, à mesa das conversações em Lusaka, uma frase que me calou profundamente, por parte dos responsáveis pela FRELIMO. Quando se pôs em causa ainda em relação ao referendo a possibilidade dele vir a ser feito com a participação da FRELIMO, e do governo português, sob a fiscalização da ONU, Samora Machel pediu-nos imediatamente que não houvesse nesta troca de conversações e na possibilidade de solução do problema do Ultramar, a interferência de qualquer país estrangeiro. Porque nós, o governo português e a FRELIMO como amigos, podíamos decidir o assunto perfeitamente. Era um problema que poderíamos resolver sem interferência de quem quer que fosse. E, realmente, eu estou convencido de que assim vai suceder.

J. C. — Para responder à pergunta do dr. Balduino, a grandeza de um Estado não se mede em espaço geográfico. Isso foi demonstrado pela repulsa mundial à teoria do espaço vital da Alemanha nazi. A grandeza de um Estado mede-se na sua contribuição concreta para a realização da paz, da cooperação mundial e da justiça social a nível interno. É nesta óptica que eu devo dizer que Portugal sai da história agora maior, mais nobre, e capaz de contribuir agora para a realização de um mundo melhor. Ninguém pode afirmar que a Holanda quando descolonizou ficou diminuída, antes pelo contrário. Ninguém pode afirmar que a Bélgica quando descolonizou ficou diminuída, antes pelo contrário. Eu desejo para o meu país, e para o novo Portugal que possamos de futuro contribuir para a paz, como o fizem o Holanda e a Bélgica.